

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 2017

Sen. Otto Alencar

CCTA CSE/KT  
Ao Comissário de  
Ciência, Tecnologia,  
Inovação, Comunica-  
ção e Informática e,  
nos termos do art. 49, I,  
do Regimento Interno,  
de Assuntos Econômicos,  
em deliberação  
terminativa. Com 11

Altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, e nº 10.052, de 28 de novembro de 2000 para estabelecer os fundamentos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e vedar contingenciamento desse fundo e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações a partir do ano de 2020.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece os fundamentos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, vedando seu contingenciamento a partir do ano de 2020.

**Art. 2º** A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 81-A:

**“Art. 81-A.** Os recursos do fundo constituído nos termos do inciso II do art. 81 desta Lei poderão ser destinados a cobrir custos que não possam ser recuperados com a exploração eficiente de serviços prestados em regime privado, a partir das diretrizes estabelecidas pelo Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Fica vedado o contingenciamento dos recursos do Fust a partir de 1º de janeiro de 2020, nos termos de regulamentação específica.” (NR)

**Art. 3º** O art. 1º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 1º** Fica instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), tendo por finalidade proporcionar recursos destinados a:

I – cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações prestados em regime público que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, nos termos do disposto no inciso II do art. 81 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; e

Nome legível: Camila V.  
Rubrica: Camila V.  
Matrícula: 20090200  
Data: 20 / 04 / 17  
Hora: 09 : 55



SF/17281.01982-59

Página: 1/4 19/04/2017 18:33:49

31c07a151248147a87d7a03289d2c1aa052f7db4



II – cobrir custos que não possam ser recuperados com a exploração eficiente de serviços prestados em regime privado.” (NR)

**Art. 4º** O art. 7º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte de parágrafo único:

“Art. 7º.....

*Parágrafo único.* Fica vedado o contingenciamento dos recursos do Funttel a partir de 1º de janeiro de 2020, nos termos de regulamentação específica.” (NR)

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O setor de telecomunicações sofre um entrave histórico, que há anos busca superar: a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL). Isso porque, nos termos da legislação em vigor, não é permitido o uso desses recursos em serviços prestados no regime privado, como o provimento de conexões à banda larga, fixa ou móvel, ou mesmo a telefonia móvel. A destinação do montante arrecadado está restrita à universalização da telefonia fixa, hoje o único serviço de telecomunicações prestado sob a égide do regime público.

Essa distorção gerou um quadro dramático.

Segundo recente relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), dos R\$ 20,5 bilhões arrecadados entre 2001 e 2016, o montante efetivamente aplicado para a universalização dos serviços de telecomunicações, razão de ser do Fundo, corresponde a R\$ 341 mil, ou seja, menos de 0,002% dos recursos arrecadados.

A maior parte de seus recursos foi utilizada em ações não relacionadas à universalização, em grande medida por meio de autorizações



previstas em medidas provisórias. Com base nesse mecanismo, cerca de R\$ 15,2 bilhões do Fust foram desvinculados e utilizados para outras despesas, principalmente para o pagamento da dívida pública mobiliária interna e para o pagamento de benefícios previdenciários. O saldo do Fundo, em 30 de junho de 2016, era de cerca de R\$ 3,2 bilhões.

Para solucionar o problema, sugerimos a possibilidade de aplicação dos recursos do Fust em serviços prestados em regime privado, tornando inequívoca essa interpretação. Além disso, propomos que seja vedado o contingenciamento de seus recursos, a partir de 2020, de forma a que se garanta os recursos necessários, principalmente, para a expansão das redes e serviços de acesso à banda larga, essenciais para o atual desenvolvimento econômico e social do País.

Nesse sentido, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovar a presente iniciativa.

Sala das Sessões,

  
Senador OTTO ALENCAR



SF/17281.01982-59

Página: 3/4 19/04/2017 18:33:49

31c07a151248147a87d7a03289d2c1aa052f7db4

